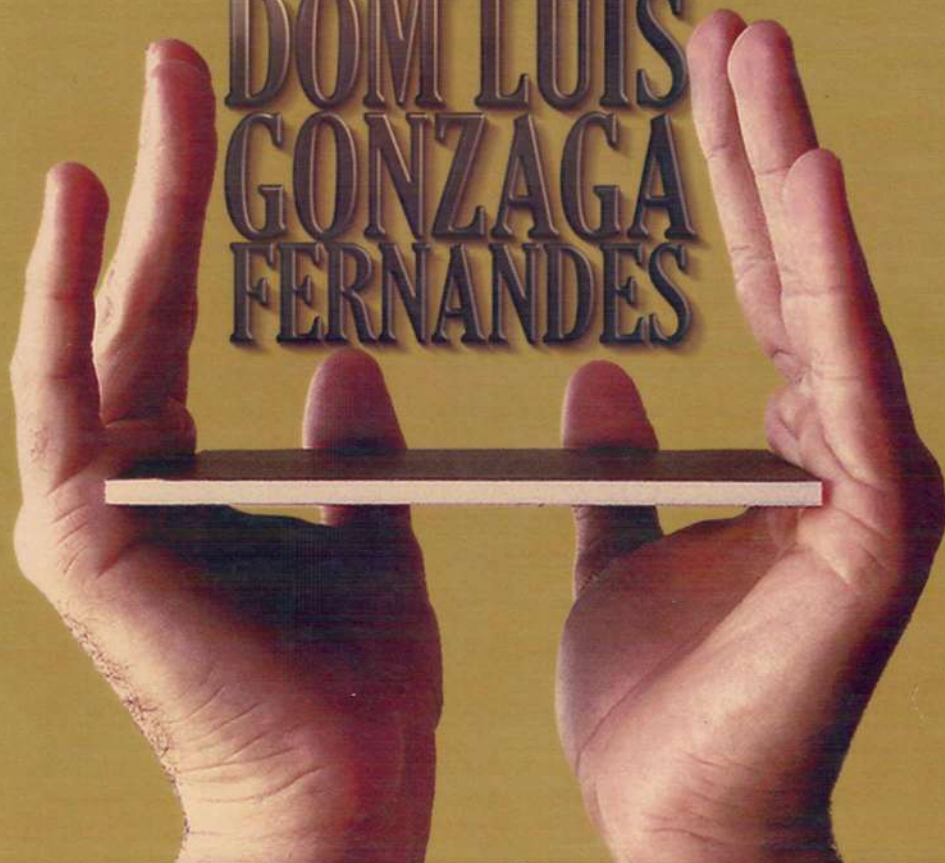


PRÊMIO
DOM LUÍS
GONZAGA
FERNANDES



HOMENAGEADOS

2016



www.premiodomluis.es.gov.br

12ª Edição
2016

SUMÁRIO

MENSAGEM DO GOVERNADOR.....	5
DOM LUÍS	6
BISPO NORDESTINO E UNIVERSAL João Baptista Herkenhoff.....	7
O PRÊMIO	9
O CVV-VITÓRIA (Centro de Valorização da Vida de Vitória, ES).....	10
HERMÓGENES LIMA FONSECA	12
JOAQUIM BEATO	14
PROJETO DA TRANCA PRA RUA – DEFENSORIA PÚBLICA	16

Paulo César Hartung Gomes
GOVERNADOR

César Roberto Colnaghi
VICE-GOVERNADOR

Angela Maria Soares Silhares
SECRETÁRIA DE ESTADO DE GOVERNO

COMISSÃO ESPECIAL DO
PRÊMIO DOM LUÍS GONZAGA FERNANDES - 2016

Claudio Humberto Vereza Lodi – COORDENADOR

Alberto Fontana
Christóvão Colombo
Dante Segundo Pancini Pola
Giovanna Valfré
João Batista Herkenhoff
Laura Maria Schneider Duarte (Laurita)
Maria Ângela Varella Cabral
Maria Elvira Bazet
Marialva Pinto Coelho Vello
Marlene de Fátima Cararo
Paulo Mattedi

SECRETARIA EXECUTIVA
Mariléa Fernandes da Silva Pimenta

MENSAGEM DO GOVERNADOR

5

Prêmio à vida

Temos a satisfação de, com esta publicação, apresentar os agraciados com o Prêmio Dom Luís Gonzaga Fernandes edição 2016.

As homenagens deste ano têm como fio condutor, guardadas as peculiaridades de cada agraciado, o investimento, a crença e a celebração da vida! Nada mais coerente com a trajetória de Dom Luís, um líder que devotou sua existência à conquista de vida plena e digna para todos.

Temos o reconhecidamente notável trabalho do Centro de Valorização da Vida de Vitória - CVV-Vitória, que oferece apoio emocional e trabalha para a prevenção do suicídio, atendendo voluntária e gratuitamente todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo por telefone, e-mail, chat e Skype 24 horas todos os dias.

Outra homenagem é a Hermógenes Lima da Fonseca (in memoriam), cujo centenário de nascimento comemoramos neste 2016. Contador, folclorista, jornalista e político, viveu a celebrar e defender a vida capixaba, seja no tocante à nossa identidade cultural, seja na questão dos direitos humanos, como no caso dos quilombolas.

Temos imensa satisfação em também registrar a homenagem a um outro capixaba ímpar: o professor Joaquim Beato (in memoriam). Pastor, teólogo e ex-senador, foi um sensível e determinado defensor da ética, da dignidade humana e da política republicana em todas as muitas frentes em que atuou.

Por fim, temos o reconhecimento ao Projeto “Da tranca pra rua”, iniciativa inovadora no sistema penitenciário capixaba que visa à formação cidadã dos detentos, buscando garantir a consciência e o acesso aos direitos.

Aproveito para destacar que esta edição do Prêmio Dom Luís Gonzaga, que instituímos em 2004, coincide com a criação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, um passo há muito ansiado pela sociedade capixaba e certamente um importante instrumento na obra coletiva de constituição de vida cidadã para todos, tarefa que teve Dom Luís como um dos protagonistas mais importantes da história de nosso Estado.

Como sempre faço, aproveito esta oportunidade também para dizer muito obrigado a todos aqueles que, tão bem representados pelos aqui agraciados, dedicam-se à conquista do bem-estar coletivo! Essa, que nunca foi uma missão fácil, tem se tornado um desafio crescentemente complexo, ao mesmo tempo em que se coloca como algo definitivamente impositivo numa era de tanto egoísmo e individualismo.

Que o exemplo de Dom Luís Gonzaga Fernandes, assim como as trajetórias daqueles que a cada ano são agraciados com o prêmio que leva o seu nome, sejam luz a iluminar nossa caminhada em tempos tão desafiantes à vida plena e digna!

Paulo Hartung

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DOM LUÍS

Para apresentar o bispo **DOM LUÍS GONZAGA FERNANDES** à sociedade, a Comissão do Prêmio Dom Luís convidou o renomado jurista João Baptista Herkenhoff, membro emérito da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória e incansável militante pelos direitos humanos.

João Baptista Herkenhoff, por sua vez, preferiu que fosse republicado o artigo “Bispo Nordestino e Universal”, escrito por ele e publicado na página a seguir, *ipsis litteris*.

Por meio do texto é possível conhecer um pouco mais sobre a vida desse bispo, que exerceu seu ministério pastoral na Arquidiocese de Vitória até 1981, quando, então, foi transferido para a Diocese de Campina Grande, na Paraíba, onde faleceu no dia 4 de abril de 2003.

BISPO NORDESTINO E UNIVERSAL

João Baptista Herkenhoff *

Esta página é dedicada a um bispo católico. Mas a ação desse bispo transpõe os horizontes da confissão religiosa a que ele pertenceu. Vivendo uma fé encarnada, esse bispo deixou um grande legado. A respeito desse legado presto testemunho.

O que faz o rosto de um povo é sua memória. Povo sem memória é povo sem rosto. Contribuir para a preservação da memória coletiva é um relevante serviço à cidadania.

Há países onde o culto da memória constitui traço cultural sólido. Noutros países, o zelo pela história ainda é um aprendizado. Vejo o Brasil neste segundo grupo – um país que está aprendendo a guardar memória. Esse aprendizado acompanha outros passos que estamos dando, pouco a pouco, na construção da cidadania.

História e memória são muito importantes. Guimarães Rosa, em frase que tem o gosto da poesia, disse isso muito bem: “Tudo que foi é o começo do que vai vir”. É dever dos mais velhos testemunhar esse “tudo que foi”. É dever dos mais jovens fazer desse passado “o começo do que vai vir”.

Então, vamos lá a esse “tudo que foi”.

Houve nesta cidade de Vitória um bispo que se chamou Luís Gonzaga Fernandes. Exerceu seu ministério pastoral na Arquidiocese de Vitória até 1981, quando foi transferido para a Diocese de Campina Grande, na Paraíba.

Embora tenha sido bispo católico, o relevo de sua ação transpõe em muito os horizontes de uma confissão religiosa particular. Foi bispo com acendrado espírito ecumênico. Sempre esteve em comunhão com pastores e ministros das mais diversas igrejas cristãs. Não uma comunhão formal. Muito mais que isso. Uma comunhão afetiva, um diálogo permanente, um esforço de descobrir “no outro” as inspirações da Verdade, do Bem e da Justiça.

Sempre me admirei de ver em Dom Luís um curioso mistério: conseguiu ser universal, sem deixar de ser nordestino.

Foi universal porque sempre compreendeu que, ao lado do compromisso diocesano, o bispo é, por natureza e vo-

cação, um peregrino. Foi um homem ligado a seu tempo e preocupado com o destino de sua região, de seu país, da América Latina e do mundo. Dentro do mundo, preocupado especialmente com os países pobres e os pobres dos países pobres.

Mas esse bispo universal nunca perdeu o jeito nordestino, a filosofia de vida nordestina, a fibra nordestina, capaz de vencer qualquer barreira, de esperar qualquer espera, fiado não no provérbio popular (Deus tarda, mas não falha), porém num outro provérbio ainda mais rico de esperança (Deus nunca tarda, nós é que somos apressados).

A fraternidade foi o traço marcante da personalidade do homem Luís. Uma fraternidade ampla... Fraternidade através do social, do participativo, do político.

Foi um profeta – aquele que nunca se omite quando deve anunciar a justiça e denunciar a opressão, sob qualquer forma que se apresente. Comprometeu-se com o povo, com as multidões marginalizadas, comprometeu-se para solidarizar-se com o seu sofrimento e buscar a superação desse sofrimento, porque Deus nos criou para sermos felizes.

Dom Luís Gonzaga Fernandes faleceu no Estado da Paraíba, no dia 4 de abril de 2003.

A Dom Luís agradeço ter sido chamado (e o primeiro no chamamento) para integrar a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória. Foi o fato mais relevante de minha vida.

Se algum fruto esta existência tem rendido, se no magistério lições de cidadania tenho ensinado, se como juiz pude fazer justiça e ouvir os clamores do povo, se algum livro bom escrevi – tudo isso aconteceu porque recebi o “batismo” da Comissão de Justiça e Paz.

Na Comissão de Justiça e Paz, com os companheiros de caminhada e com o povo sofredor, vi luzir, na escuridão, a Estrela Matutina.

* João Baptista Herkenhoff é membro emérito da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, autor de 45 livros e professor de diversas universidades brasileiras e estrangeiras. Seu currículo completo pode ser acessado em <http://lattes.cnpq.br/2197242784380520>.

O PRÊMIO

O Prêmio Dom Luís Gonzaga Fernandes foi criado pela Lei nº 7.844, de 25/08/2004, por iniciativa conjunta do governador Paulo Hartung e do deputado Claudio Vereza.

A criação desse Prêmio e a premiação que todo ano se faz são atos políticos, na acepção mais nobre dessa palavra.

O Prêmio tem alguns objetivos centrais, dentre os quais se destacam:

- Lembrar e manter viva a memória desse líder religioso, que marcou de forma definitiva toda uma geração de capixabas na luta pela reconstrução da democracia;
- Celebrar a passagem de Dom Luís pelo Espírito Santo e sua luta permanente pela dignidade humana e pela melhoria da qualidade de vida do povo capixaba; e
- Servir de referência e estímulo a outras instituições e pessoas, sem distinção de credo, gênero ou convicções, para que “na sua prática, por suas ações ou ideias, venham a contribuir, de forma relevante, para a construção de uma nova realidade social local, nacional, continental ou mundial, marcada pelo apelo e pela materialização da justiça, solidariedade e fraternidade, em harmonia com a natureza”.

A avaliação é feita por uma Comissão Especial, instituída por Decreto Governamental, que tem a missão de, com base nos fundamentos contidos na Lei nº 7.844/2004, encaminhar ao governador do Estado, para deliberação, a relação dos agraciados.

Os agraciados recebem um diploma, assinado pelo governador do Estado, e um troféu.

A entrega dos prêmios é realizada na semana compreendida entre os dias 18 e 25 de agosto, mês em que se comemora o nascimento de Dom Luís.

O CVV-VITÓRIA (CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA DE VITÓRIA, ES)

Foi no ano de 1984 que um voluntário do Centro de Valorização da Vida (CVV) de São Paulo e sua esposa, após serem transferidos a trabalho para Vitória (ES), deram início a um ideal: fundar um posto do CVV na capital capixaba, onde não existia nenhum tipo de serviço dessa natureza.

Para se tornar realidade, a proposta precisava de uma estratégia para viabilizar o funcionamento, e seria necessário recrutar pessoas, obter linha telefônica e dispor de local para instalação.

Foi quando o projeto do casal passou a se tornar o sonho também de um grupo de pessoas interessadas no mesmo propósito. E juntas trabalharam com afinco e fundaram, em 16 de fevereiro de 1984, o Grupo de Apoio Fraterno (GAF), associação civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, e que se tornou, a partir de então, a entidade mantenedora do programa CVV-Vitória.

O posto CVV-Vitória foi finalmente inaugurado em 4 de junho de 1984 na Rua Sete de Setembro, no Centro da capital, data que marcou o primeiro atendimento realizado. Eram 25 voluntários, e nesse mesmo mês foi registrado um total de 306 contatos, terminando o ano com 3.861 registros em apenas sete meses de funcionamento. O trabalho cresceu,



ganhou corpo, e no ano seguinte foram registrados 8.868 contatos, número que saltou para 16.587 em 1986.

No início de 1990, o CVV-Vitória mudou de local, quando, por meio de um termo de comodato firmado com o Governo do Estado do Espírito Santo em 9 de janeiro, foi cedido ao GAF um terreno localizado na Avenida Alberto Torres, 153, Jucutuquara, com área aproximada de 40 metros quadrados.

Nesse espaço havia somente uma construção em ruínas e, futuramente, veio a ser erguida uma nova sede, graças à extrema dedicação, ao trabalho e ao empenho do grupo de voluntários. Juntos angariaram fundos, recursos e meios



Terreno doado na década de 90



Voluntários construindo a sede na década de 90

para viabilizar a obra, que foi finalmente inaugurada em 25 de abril de 1992, com apenas o andar térreo. Desde então, no decorrer dos anos, com intensos esforços exclusivos dos voluntários, foi possível ampliar para um modesto prédio atual de três andares, onde é realizado o serviço prestado de acordo com a Lei nº 9.608/98 (Lei do Voluntariado).

Atualmente, o CVV-Vitória é composto por 70 voluntários, que atendem durante 24 horas ininterruptas, todos os dias do ano, sem exceção, em regime de trabalho dividido em plantões semanais. A equipe é constituída por pessoas sem necessidade de formação profissional específica, e que passam por um treinamento com duração média de dez semanas, com uma aula semanal de três horas.

Em Vitória, o programa é mantido pela associação Grupo de Apoio Fraterno (GAF), instituição reconhecida como de Utilidade Pública Municipal, pelo Decreto Legislativo nº 311 de 1986, e de Utilidade Pública Estadual, pela Lei Estadual nº 6.678 de 2001.

Desde a inauguração, já foram efetuados mais de 380 mil contatos com a comunidade capixaba, sendo 13.737 somente no ano de 2015, fruto do empenho de todos os voluntários dedicados ao serviço.

Ao longo dos 32 anos de existência, o CVV-Vitória presta benefícios para a sociedade capixaba na forma de atendimento de apoio emocional, efetuado de forma aberta e acolhedora, sem julgamentos ou qualquer forma de discriminação, com o propósito único de valorizar a vida e contribuir para a construção de uma sociedade fraterna, humana e solidária.

Qualquer cidadão pode procurar a instituição, por telefone através dos números 141 ou 3223-4111, como também via skype, chat, e-mail, carta ou pessoalmente. Mais informações podem ser obtidas em www.cvv.org.br.

O PAPEL DO CVV

O CVV (Centro de Valorização da Vida), fundado em São Paulo em 1962, é uma associação civil sem fins lucrativos, filantrópica, reconhecida como de Utilidade Pública Federal em 1973. Presta serviço voluntário e gratuito de apoio emocional e prevenção do suicídio para todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo.

O objetivo do atendimento é estabelecer uma relação humana de ajuda, com o propósito de minimizar o sofrimento alheio. Faz parte dos princípios básicos da instituição a manutenção



do sigilo absoluto, visando à proteção das informações mantidas no diálogo. Dessa forma, é garantida total segurança e inviolabilidade do atendimento, bem como não é utilizado nenhum meio identificador de chamadas, nem registro de nomes ou qualquer identificação da pessoa que busca o serviço.

O CVV não possui vinculação religiosa e em suas atividades é isenta de quaisquer preconceitos ou discriminações relativos a cor, raça, sexo, credo religioso, classe social, nacionalidade ou concepção político-partidária ou filosófica.

No Brasil, atualmente está presente em 18 estados e no Distrito Federal, onde atuam cerca de 2.000 voluntários. O CVV também desenvolve outras atividades, além do atendimento relacionado a apoio emocional, com ações abertas à comunidade, que estimulam o autoconhecimento e a melhor convivência em grupo e consigo mesmo.

É membro associado do Befrienders Worldwide, entidade que congrega as instituições congêneres de todo o mundo, e participou da força-tarefa que elaborou a Política Nacional de Prevenção do Suicídio do Ministério da Saúde.

O suicídio é considerado pelo Ministério da Saúde um problema de saúde pública, tirando a vida de uma pessoa a cada hora no Brasil, mesmo período no qual outras três tentaram se matar sem sucesso.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), acontece no mundo uma tentativa de suicídio a cada três segundos e uma morte por suicídio a cada 40 segundos. Esses números demonstram a gravidade do problema que se pode prevenir na maioria das vezes, e se constitui em um dos maiores desafios e propósitos do CVV.

HERMÓGENES LIMA FONSECA

“A vida é assim: nem toda flores, nem toda espinhos”. Hermógenes nasceu no Sítio das Perobas, às margens do Rio Itaúnas, em Conceição da Barra, norte do Espírito Santo, na madrugada de 12 de dezembro de 1916. Sua paixão pelo folclore teve início quando ainda era criança em sua terra natal, quando observava seu pai Manoel (grande vaqueiro) dançar na brincadeira dos Reis de Boi. Apesar de ficar órfão muito cedo, o garoto nunca se esqueceu daquelas imagens. E o amor pelo folclore cresceu junto com ele.

Hermógenes veio a Vitória aos nove anos de idade e acabou no Orfanato Cristo Rei, de onde saiu com o terceiro ano primário completo. Só aos 18, depois de ter trabalhado em sapataria e quitanda, é que sentiu a necessidade de estudar novamente. Fez exame de admissão, foi aprovado e começou a estudar à noite. Hermógenes também foi telegrafista da Western Telegraf Company. Dr. Armójo, como era chamado, despertou o gosto pela literatura ainda adolescente, antes mesmo de concluir o curso de Contabilidade. Foi passar as férias no Rio de Janeiro e lá descobriu uma livraria. Comprou dois sacos de livros, “alimento pra mais de seis meses, sentado na espreguiçadeira, embaixo do pé de urucum”, no morro da Fonte Grande. Naquela casinha de estuque morou durante 13 anos de sua vida. Hermógenes teve oito filhos: Luiza, Maria Angélica, Rita, Manoel, Margarida, Raquel, Marcos e Marília.

Tornou-se um dos maiores estudiosos e incentivadores das artes populares no Espírito Santo. Homem do povo, foi candidato a vereador por Vitória, pois queria buscar na política a defesa dos interesses sociais. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), disputou uma cadeira na Câmara Municipal no final dos anos 40 e conseguiu um grande feito. Detentor de uma das maiores médias eleitorais do Estado, numa cidade com então 17 mil eleitores, ele obteve 6 mil



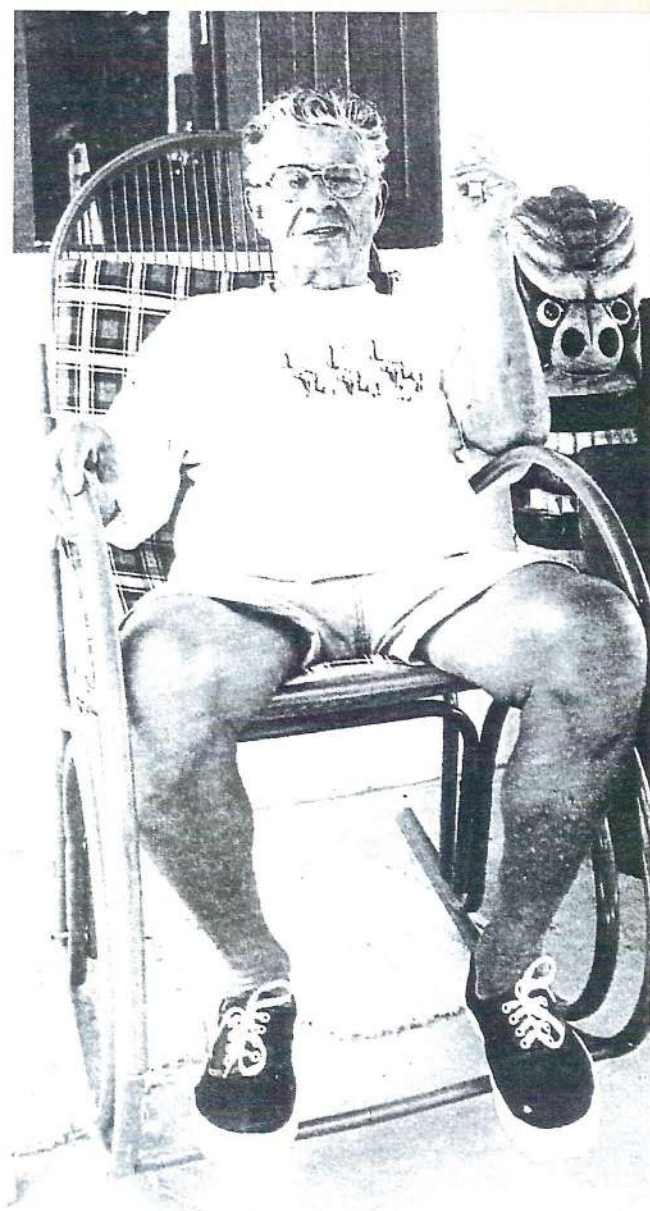
votos e levou com ele vários candidatos. Nessa atividade política conseguiu ter aprovado seu projeto de criação do “Prêmio de Literatura Cidade de Vitória” e a lei de isenção e incentivo às apresentações folclóricas. Foi preso duas vezes durante a militância política. Na primeira vez foi acusado de ser mentor intelectual de subversão no Estado e na segunda nem soube o motivo. Ele nunca gostou de ser reconhecido como político.

Hermógenes também teve passagem pelo jornalismo. Foi diretor responsável do jornal Folha Capixaba, que circulou por 19 anos, e também escreveu para os jornais A Gazeta e A Tribuna. Foi autor dos livros Itaúnas – a vila que foi soterrada, Viagem de inspeção - Carmélia e Armójo, O homem que pariu a manga, Seu Lúcio – o patriota e pai dos bichos, O mensageiro dos ventos, Curubitos, Conversa de pé do morro, Histórias de bichos contada pelo povo. Ainda produziu inúmeros artigos, poesias, contos, cordéis, crônicas e causos, todos publicados na imprensa.



Dono de um eterno humor, Hermógenes se definia como IRI: Irreverente, Rebelde e Indisciplinado. Ficou conhecido pelo seu trabalho de recuperação e valorização das manifestações folclóricas do Estado, bem como em prol da preservação da natureza. Um cidadão que tinha ternura e pureza em sua alma. Homem simples, sem ambições materiais e que passou toda vida defendendo a cultura popular. Nos anos 1980 mudou-se para o seu sítio Pixingolê, em Conceição da Barra.

Hermógenes ocupou a cadeira número 23 da Academia Espírito-Santense de Letras, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, membro e também presidente da Comissão Espírito-Santense de Folclore



e presidente do Conselho Regional de Contabilidade. Deixou registros importantíssimos sobre o Alardo, o Ticumbi, os Reis de Boi, as Folias de Reis, As Pastorinhas, no norte do Estado, e o Caxambu e o Catambá (canções típicas do sul do Estado). Hoje, em Conceição da Barra, sua cidade natal, há um Centro Cultural com seu nome, assim como na Assembleia Legislativa, onde um auditório leva sua denominação. "Hermógenes: um anjo bom que passou por aqui."

Durante uma sessão solene no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, um dia antes de ser internado, fez seu último discurso. Um discurso com poucas palavras. Disse apenas: "Minhas Senhoras e Meus Senhores. Eu tenho dito..."

**Este texto foi escrito por Kátia Bobbio, conterrânea do homenageado, bacharel em Artes e Direito e membro da Academia Feminina Espírito-Santense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Comissão Espírito-Santense de Folclore.*

JOAQUIM BEATO

Com 91 anos, o teólogo, pastor, professor e, sobretudo, defensor da igualdade racial, da superação da intolerância e do diálogo ecumênico Joaquim Beato encerrou a sua missão neste mundo recentemente, em 28 de julho de 2015.

O também mestre em Antropologia e doutor em Sociologia faleceu, não sem antes deixar um legado bem resumido em uma de suas próprias falas: “A minha formação básica é a Bíblia, mas numa visão de que o pensamento bíblico não é nascido nas alturas dos céus, mas nas lutas de cada dia”. Afinal, foi dispendo-se às lutas do cotidiano, inclusive durante a ditadura militar, que ele ganhou relevância social, sendo também professor universitário, senador, secretário estadual e municipal, e integrante de várias comissões.

Nascido em Alegre e criado em Guaçuí, ambos municípios do Espírito Santo, Joaquim Beato foi o primeiro evangélico da sua família, tendo se formado em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas (SP), e em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de São João Del Rei (MG). Estudioso, fez pós-graduações em Hebraico e Antigo Testamento, na Universidade de Edinburgh (Escócia); em Apocalíptica, na Universidade de Oxford (Inglaterra); e em Metodologia do Ensino Superior, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tornou-se ainda mestre em Antropologia Social, pela Unicamp (SP), e doutor em Sociologia, pela Universidade de São Paulo (USP).

Além de pastor em igrejas presbiterianas de Rio Muqui, Rio Novo do Sul, Vargem Alta, Independência, Colatina, Santa Fé, São Salvador, São Domingos, São Gabriel da Palha, Água Branca, São Francisco, Vermelha, Baixo Guandu,



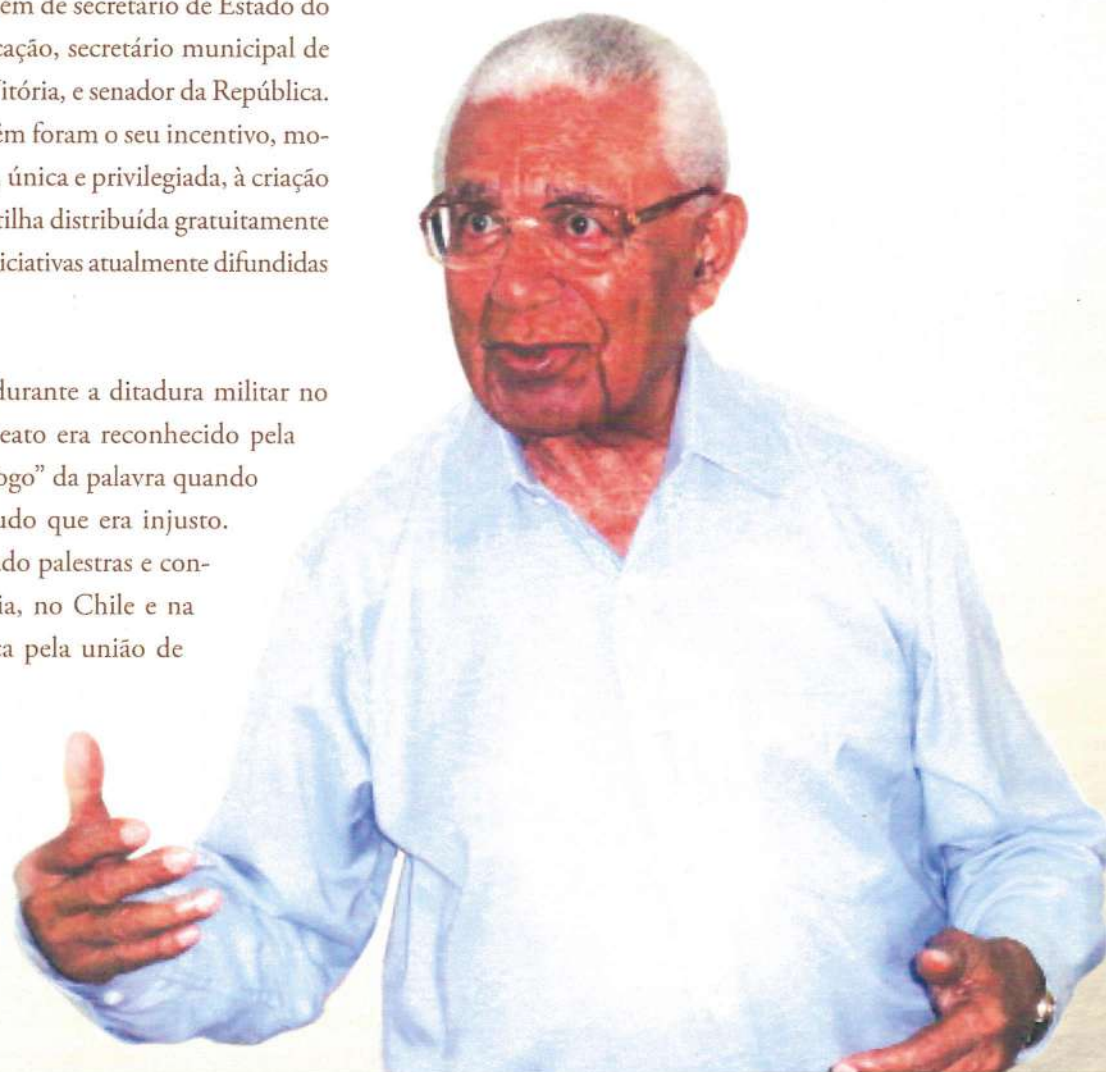
Afonso Cláudio, Vitória, Jardim Tropical e Laranjeiras, foi professor no Seminário Presbiteriano do Centenário (MG e ES), na Universidade Federal do Espírito Santo (ES), no Centro Anglicano de Estudos Teológicos (SP), na Faculdade Metodista de Teologia (SP), na Faesa Ensino Superior (ES), na Faculdade Teológica Unida (ES) e no Centro de Formação Teológica Richard Shaull do Presbitério de Vitória (ES).

Muito ativo social e culturalmente, integrou como membro a Comissão de Fé e Ordem do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), o Instituto de Estudos da Religião (Iser), a Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo (Cenacora), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (órgão ecumênico máximo do país, ligado ao Conselho Mundial de Igrejas em Genebra), a Comissão de Igualdade Racial do Espírito Santo, a Sociedade Bíblica do Brasil, a Comissão Interministerial para Promoção da População Negra do Governo Federal, a Comissão Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, e a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória.

Também foi assessor da Fundação Cultural do Espírito Santo, da Casa Civil do Governo do Estado e da Secretaria de Estado da Agricultura, além de secretário de Estado do Bem-Estar Social e da Educação, secretário municipal de Cultura e de Cidadania de Vitória, e senador da República. Dois feitos marcantes também foram o seu incentivo, motivado por uma visão ampla, única e privilegiada, à criação da Casa do Cidadão e da cartilha distribuída gratuitamente ABC da Cidadania, ambas iniciativas atualmente difundidas em todo o Brasil.

Denunciado e perseguido durante a ditadura militar no Brasil, o pastor Joaquim Beato era reconhecido pela humildade dos gestos e o “fogo” da palavra quando se manifestava diante de tudo que era injusto. Talvez por isso tenha realizado palestras e conferências também na Bolívia, no Chile e na Colômbia, sempre na busca pela união de todos os cristãos.

Além do seu exemplo de vida, Joaquim Beato deixou a esposa Vitória, as filhas Rosaura e Lucila e o neto Vitor.



PROJETO DA TRANCA PRA RUA – DEFENSORIA PÚBLICA

“Uma sociedade deve ser julgada não pela forma como trata seus cidadãos proeminentes, mas pela forma como trata seus criminosos”

Fiódor Dostoiévski



Lançamento do curso em Barra de São Francisco, com a participação de Gilmar Batista, ex-defensor Público Geral, Marcello Paiva de Mello, Cláudio Gonzaga, Emídio Venturim e Janine, diretora da unidade.

Projeto da Tranca pra Rua – Defensoria Pública é um experimento educacional para a população carcerária que consiste em um curso on-line, aberto e em massa, baseado em vídeos tutoriais produzidos a partir de explicações dadas pelos próprios presos. O material é organizado em um site, que conta, ainda, com exercícios fundamentados no estudo de casos dos internos alunos do curso.

Seu objetivo é romper a barreira linguística e o status quo da pessoa presa (que passa a figurar na posição de instrutor), e transmitir aos presos instruções básicas sobre execução penal, utilizando-se a metodologia por meio da gravação de vídeos tutoriais sem edição, com a exposição verbal do raciocínio.

A primeira fase do projeto foi realizada entre agosto e dezembro de 2014, quando os defensores públicos coordenadores do curso (Marcello Paiva de Mello e Cláudio Ângelo Correia Gonzaga) ministraram aulas aos internos

da Penitenciária de Segurança Média de Colatina-ES (PSMECOL) e, a seguir, utilizando uma câmera, registraram a explicação dos internos sobre os assuntos.

A segunda fase do projeto consiste na gravação de aulas expositivas complementares aos vídeos tutoriais dos presos. Para isso, foram filmadas aulas com os defensores públicos voluntários do programa. A primeira turma do curso foi iniciada em fevereiro de 2015, na Penitenciária Regional de Barra de São Francisco, seguida da Penitenciária Regional de São Mateus. Em breve, será implementado no Complexo de Viana, assim como em outros estados, como Minas Gerais, e pelo Departamento Penitenciário Nacional.

Em princípio, trata-se do primeiro curso aberto e massivo de institutos jurídicos em que a pessoa presa figura como professor/tutor, tendo sido vencedor, em 2015, do Prêmio Inovare, na Categoria Defensoria Pública. Seu diferen-

cial está no caráter prático, na medida em que combina a transmissão de conteúdo jurídico em uma nova linguagem, de entendimento para os internos. Cada instituto é estudado sob a perspectiva da pessoa presa, como um filtro potencialmente capaz de alterar sua situação jurídica e, conseqüentemente, sua condição de permanência no cárcere ou mesmo proporcionar sua liberdade.

O site foi lançado como um Curso On-line Aberto e em Massa (MOOC, na sigla em inglês) sobre execução penal, que pode ser utilizado em unidades prisionais de todo o Brasil para fins de educação em direitos da execução penal e, até mesmo, como tempo de estudo para remição da pena (no caso de implementação de comissão avaliadora).

Dentre os principais benefícios do projeto está a possibilidade de criar um conteúdo capaz de romper a barreira linguística pela utilização do vocabulário da população carcerária (“tranca” = regime fechado, “pé na rua” = regime semiaberto, “saidinha” = saída temporária, “residência” = reincidência etc.); e incentivar a alteração da percepção da sociedade sobre a pessoa presa, ao lhe dar voz e assento de professor, e ao expor a habilidade dos presos em explicar conceitos jurídicos complexos e elaborados.

Outras vantagens são possibilitar a verificação, pelo próprio preso, dos seus direitos da execução penal (ex: indulto, comutação da pena); reproduzir o curso, sem custos adicionais, em unidades prisionais de todo o Brasil; conceder a remição da pena por estudo para aqueles que realizarem o curso; descobrir e fomentar o surgimento de talentos durante o processo de realização do curso; e diminuir a incerteza e, conseqüentemente, a ansiedade do preso em relação à sua situação jurídica.

SOBRE A REPLICAÇÃO DO PROJETO

O processo de implementação da prática em outras unidades prisionais deve seguir dois passos prioritários. Primeiro, é preciso selecionar internos interessados em participar das atividades, em seguida dar início ao curso propriamente dito.

Os vídeos são transmitidos primeiramente na “voz dos presos”. Depois, é apresentada uma explicação no “linguajar dos doutores da lei”. Após o estudo dos institutos, é possível combinar a exposição com atendimento jurídico, estudando-se cada instituto com exemplo da situação jurídica dos próprios internos. Já a estrutura necessária para



Lançamento do curso em Colatina, com a presença dos coordenadores Marcello Paiva de Mello e Cláudio Gonzaga e de Emídio Venturim, membro honorário do projeto.



O juiz Dr. Fachetti inaugura o curso em São Mateus, com o defensor público Cláudio Gonzaga ao fundo.

implementação do curso é simples, bastando apenas uma sala de aula com cadeiras, uma televisão, um cabo HDMI e um notebook para transmissão dos vídeos pela internet, que se dá diretamente do site www.trancapraruia.com.br ou pelo backup (Google Drive ou Dropbox).

A equipe, por sua vez, é formada, geralmente, por um instrutor (defensor público, assessor jurídico, membro do Conselho da Comunidade etc.) e pelos alunos (internos da unidade prisional). Todo o conteúdo eletrônico já produzido é aberto, alcançando o objetivo de criar oportunidade para que o maior número possível de presos possa estudar seus direitos.

Trata-se de um modelo econômico que pode ser reproduzido em qualquer unidade prisional do Brasil, sem custo, exceto o trabalho do instrutor. E o fato de o material ser aberto e gratuito já resultou no alcance de audiência, uma vez que alguns dos vídeos dos internos já foram assistidos mais de mil vezes. Para conhecer melhor, basta acessar <http://trancapraruia.blogspot.com.br> ou <http://www.trancapraruia.com.br>.

MARCELLO PAIVA DE MELLO
Defensor Público

HOMENAGEADOS NAS EDIÇÕES PASSADAS

2005

- Advogado Ewerton Montenegro Guimarães (in memoriam)
- Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra – CDDH

2006

- Advogado Nestor Cinelli (in memoriam)
- Bispo da Diocese de São Mateus - Dom Aldo Gerna
- Pastoral da Criança no Espírito Santo

2007

- Congregação Missionárias da Caridade
- Reverendo Jaime Wright (in memoriam)

2008

- Fórum Permanente da Bacia do Rio Aribiri
- Jurista e escritor João Batista Herkenhoff
- Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo – Mepes

2009

- Associação Capixaba de Combate ao Câncer Infantil – Acacci
- Fotógrafo humanitário e ambientalista Sebastião Salgado
- Médico pediatra Rogério Coelho Vello (in memoriam)

2010

- Dra. Zilda Arns Neumann (in memoriam)
- Roberto Anselmo Kautsky (in memoriam)
- Sebastião Francisco Tótola
- Serviço de Engajamento Comunitário – Secri

2011

- Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- Elizete Sherring Siqueira (in memoriam)
- Inspetoria São João Bosco - Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador – Cesam
- Instituto João XXIII
- Programa Valorização da Juventude Rural - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – Seag

2012

- Associação Feminina de Combate ao Câncer – Afecc
- Assunta Caliman
- Ateliê de Ideias
- Cônego Maurício de Mattos Pereira (in memoriam)
- Isabel Aparecida Borges da Silva
- Leonardo Boff
- Renato Moraes de Jesus
- Ruth de Albuquerque Tavares

2013

- Associação Albergue Martin Lutero
- Associação Nova Esperança
- Banco de Leite Humano do Hospital da Polícia Militar – HPM
- Comunidade Católica Epifania
- Rede de Atendimento Integrado à Criança e ao Adolescente – RedeAica

2014

- Apsad-Vida
- Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas Zacimba Gaba – Coeq
- Movive
- Orlando Bonfim Junior
- Reinaldo Dietze

2015

- Ana Maria Caracoche
- Augusto Ruschi
- Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo – CBMES



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**